

INFORMATIVO SINT – UFG

Abril/2004

GOVERNO MELHORA OFERTA

O Governo Federal apresentou dia 06/04/04 sua última proposta de reajuste salarial para os servidores públicos. Com o objetivo de dar fim ao movimento de greve que circula entre categoria, o ministro do Planejamento, Guido Manteiga, anunciou aumento de R\$300 milhões a R\$500 milhões nos recursos destinados ao reajuste de 905.848 servidores públicos. Um aumento autorizado pelo presidente Lula. Na semana passada, o governo Lula tinha R\$1,5 bilhão. Ao expor sua nova proposta, o governo disse que decidiu "aproximar a distância entre o menor e o maior salário", como lógica de construção de sua proposta. Disse, também, que esta proposta atinge 905 mil servidores, "a maior base, a que tem os menores salários e a que atua nas áreas sociais".

A referida proposta aumentou, segundo o Governo, em cerca de R\$ 500 milhões os valores da proposta anterior, aumentou os percentuais de variação salarial e diminuiu a distância entre os ativos e aposentados em relação à tabela anterior. Isso vale para o PCC, base da Previdência, da Seguridade e os docentes das IFES. A não paridade, no entanto, está mantida. No caso da nossa base, não há diferenciação entre ativos e aposentados, pela proposta de nova gratificação apresentada.

***NÃO É REAJUSTE... É SÓ
GRATIFICAÇÃO!***

O Plantão da FASUBRA avalia que a nova proposta do governo é ainda insuficiente. Ainda não há decisão política sobre a nossa carreira, nem consistência em uma proposta de política salarial. Reconhece, porém, que o governo inverte a lógica do governo anterior - que era a de privilegiar setores das carreiras "típicas de Estado" - ao anunciar que irá aproximar as distâncias entre o maior e o menor salário, o que se aproxima da ideia, em nosso caso, de buscar corrigir distorções.

Ainda com relação à nossa base, não há diferenças entre os servidores ativos e os aposentados na nova gratificação proposta, mantendo-se a paridade, o que é importante de ser registrado. Mas isso não está proposto para as outras quatro categorias que receberiam esses reajustes nas gratificações já existentes, deixando os aposentados na situação em que já se encontram, com gratificações menores.

Na audiência, reafirmamos nossa condenação à política econômica do governo, que sufoca os investimentos sociais ao pagar juros absurdos das dívidas públicas. A FASUBRA